

DECLARAÇÃO DE FÉ

PRIMEIRA IGREJA EVANGÉLICA BAPTISTA DO MONTIJO

Art.º UM (AS ESCRITURAS SAGRADAS) – A Bíblia Sagrada, nossa única e toda suficiente regra de fé e prática, foi escrita por homens divinamente inspirados e é o registo da revelação pessoal de Deus. É um tesouro perfeito de instrução divina. Tem Deus como autor, a salvação do homem como fim e a verdade, sem mescla de erro, como conteúdo. Revela o plano de Deus para a nossa salvação e os princípios pelos quais Deus nos há-de julgar. É a autoridade absoluta e o padrão supremo pelo qual toda a conduta humana, as opiniões religiosas e os próprios credos devem ser testados. É também, como revelação de Jesus Cristo, o centro da verdadeira unidade cristã.

(II Tim. 3:16-17; II Pedro 1:21; II Samuel 23:2; Actos 1:16; Prov. 30:5-6; João 17:17; Rom. 3:4; Apoc. 22:18-19; I Cor. 4:3-4; Luc. 19:19, 16; 12:47-48).

Art.º DOIS (DEUS) – Há somente um Deus vivo e verdadeiro; Ser pessoal, infinito, inteligente e espiritual: o Criador, Redentor, Sustentador e Legislador do universo, digno do mais puro amor, reverência, adoração e obediência. O eterno Deus revela-se a nós como Pai, Filho e Espírito Santo, com atributos pessoais distintos, mas sem divisão da natureza, ser ou essência.

1. Deus o Pai

Deus como Pai, reina com cuidado providencial sobre o seu universo, as suas criaturas e o curso da história humana, segundo os propósitos da sua graça. Ele é todo-poderoso, perfeito em amor e em sabedoria. É verdadeiramente Pai para todos os que aceitam Jesus Cristo, seu Filho, como Salvador pessoal.

2. Deus o Filho

Jesus Cristo é o eterno Filho de Deus. Na sua encarnação, Ele foi concebido do Espírito Santo e nascido da virgem Maria. Revelou e consumou de forma perfeita a vontade de Deus, tomando sobre si mesmo as exigências e as necessidades da natureza humana e identificando-se completamente com a humanidade que veio remir, embora sem pecado. Honrou a lei divina pela sua obediência pessoal e na sua morte sobre a cruz providenciou para o homem a expiação dos seus pecados. Ressuscitou com um corpo glorificado e apareceu aos seus discípulos de forma visível, audível e palpável. Ascendeu ao Céu e é agora exaltado à mão direita de Deus, como o único mediador, participante da natureza de Deus e do homem, em cuja pessoa se efectua a reconciliação com o Pai. Virá segunda vez em poder e glória para julgar o mundo e consumir a sua missão redentora. Jesus Cristo habita agora em todos os crentes, na qualidade de Senhor vivo e eternamente presente.

3. Deus o Espírito Santo

O Espírito Santo é o Espírito de Deus. Foi Ele quem inspirou os homens santos de outrora a escrever as Escrituras. Habilita hoje o homem a compreender a verdade através da sua iluminação. Exalta Cristo como Senhor. Convence do pecado da justiça e do juízo. Convida os homens ao Salvador e efectua a regeneração. Cultiva o carácter cristão, conforta os crentes, habita neles e lhes confere dons espirituais através dos quais servem a Deus na sua igreja. Ilumina os crentes e os reveste de poder para a adoração e o serviço da evangelização.

(João 4:24; 15:28; Salmo 93:18; Hebreus 3:4; Rom. 1:20; Jer. 10:19; Êxodo 15:11; Isa. 6:3; I Pedro 1:15-16; Apoc. 4:11; Mar. 12:30; Mat. 10:37; 28:19-20).

Art.º TRÊS (O HOMEM) – O homem foi criado por Deus à sua imagem, como coroa da sua criação. Era no princípio inocente e sem pecado, sendo dotado de liberdade de escolha. No uso da sua liberdade o homem pecou contra Deus e por transgressão voluntária caiu do seu primitivo estado de santidade, trazendo o pecado sobre toda a raça. A sua posteridade herdou conseqüentemente uma natureza pecaminosa, de sorte que todos se tornaram transgressores, estando debaixo de condenação. Só a graça de Deus pode restaurar o homem à sua santa comunhão e habilitá-lo a cumprir o propósito do seu Criador. A dignidade da pessoa humana é revelada no facto de Deus haver criado o homem à sua própria imagem e no facto deste ser objecto do seu infinito amor, a ponto de Cristo morrer para o salvar, apesar de pecador perdido e sem esperança.

(Gén. 1:27, 31; 2:16; Ecle. 7:29, Actos 17:26; Rom. 5:12, 15-19; João 3:6; Salmo 51:5; Efésios 2:3; Ezeq. 18:19-20; Gál. 3:22).

Art.º QUATRO (A SALVAÇÃO) – A salvação envolve a redenção do homem total. É oferecida espontânea e gratuitamente a todos os que aceitam Jesus Cristo como Senhor e Salvador pessoal, o qual por decreto do Pai tomou voluntariamente a forma humana, fazendo por sua morte a expiação completa dos nossos pecados. Num sentido mais amplo, a salvação inclui regeneração, santificação e glorificação.

Regeneração, ou novo nascimento, é a operação da graça de Deus pela qual os crentes se tornam criaturas em Cristo. É uma mudança de coração produzida pelo Espírito Santo através da convicção do pecado, à qual o pecador responde em arrependimento para com Deus e fé no Senhor Jesus. O arrependimento e a fé são experiências inseparáveis da graça divina, que dão à vida uma nova direcção. A justificação introduz-nos a um estado de paz e de favor que nos asseguram todas as bênçãos necessárias, nesta vida e no além. A justiça perfeita de Cristo é-nos imputada gratuitamente por Deus.

Santificação é um processo espiritual que começa na regeneração e visa a perfeição do crente, através da presença e do poder do Espírito Santo que nele habita.

Glorificação é a plenitude da salvação e o bendito estado final dos remidos.

(Efésios 2:5; I Jo. 4:10; I Cor. 3:5-7; João 3:16; Isa. 53:4-5; Heb. 7:25; Col. 2:9; Ef. 3:8; Rom. 5:1-2, 9; 3:24-26; Apoc. 22:17; Actos 17:30; Marc. 1:15-17; Jo. 3:19; 5:40; João 3:3, 6-7; Apoc. 7:13-14; Ezeq. 36:26; I Pedro 1:22; I Jo. 5:1, 4, 18; Ef. 2:8; Rom 10:9-11; Heb. 4:14; I Tess. 4:3; 5:23; Ef. 1:4; 4:11-12; 6:18; Fil. 2:12-13; I Ped. 2:2).

Art.º CINCO (O PROPÓSITO DA GRAÇA DIVINA) – A eleição é o propósito da graça de Deus segundo o qual Ele regenera, santifica e glorifica o pecador arrependido e crente. É perfeitamente coerente com a livre escolha do homem, sendo a manifestação por excelência da soberana bondade de Deus, infinitamente livre, sábia, santa e imutável. Todos os verdadeiros crentes estão seguros nas mãos de Deus. Aqueles que Deus aceitou em Cristo e santificou pelo seu Espírito, jamais cairão do seu estado de graça, sendo conservados até ao fim.

(II Tim. 1:8-9; 2:10; II Tess. 2:13-14; I Cor. 1:26-31; 4:7; Rom. 3:27; 8-28, 30; I Tess. 1:4; II Pedro 1:10-11; Fil. 3:12; Hebreus 6:11; Rom. 8:28; Mat. 6:30-33; Fil. 1:6; 2:12).

Art.º SEIS (A IGREJA) – Uma Igreja de Cristo é, segundo o Novo Testamento, um corpo local de crentes batizados, identificados uns com os outros pela confissão da mesma fé e unidos por um mesmo pacto na comunhão do Evangelho. É uma congregação de crentes batizados regida pelas leis de Cristo, que observa as suas ordenanças, pratica os seus ensinamentos e exerce os dons, direitos e privilégios de que foi investida pela Palavra divina, com o fim de espalhar o Evangelho até aos confins da Terra. É uma comunidade autónoma de governo democrático sob a soberania de Jesus Cristo. Os seus oficiais são, de acordo com o Novo Testamento, os pastores e diáconos. Todos os seus membros têm iguais direitos, privilégios e responsabilidades.

A igreja num sentido geral é, segundo o Novo Testamento, o corpo de Cristo, incluindo todos os remidos de todos os tempos.

(Actos 2:41-42; 13:23; 15:22; I Cor. 14:12; II Cor. 8:5; Fil. 1:1; I Tim. 3:1).

Art.º SETE (O BAPTISMO E A CEIA DO SENHOR) – O baptismo cristão é a imersão do crente em água, no nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. É um acto de obediência que simboliza a sua fé no Salvador crucificado, sepultado e ressuscitado. Representa ainda que o convertido morreu para o pecado, tendo-se verificado o sepultamento da sua velha natureza e a sua ressurreição para uma nova vida em Cristo. Este acto simbólico de testemunho deve preceder a entrada do crente na comunhão da igreja, pois, como ordenança do Senhor, o constitui participante de todos os privilégios de membro e lhe dá acesso à ceia do Senhor.

A ceia do Senhor é igualmente um acto de obediência pelo qual os membros da Igreja participam do pão e do vinho, comemorando juntos a morte de Jesus Cristo e apontando para

a sua segunda vinda. Esta ordenança da igreja local representa também a nossa comunhão espiritual com Ele, a nossa participação na sua morte e o testemunho vivo da nossa esperança.

(Actos 2:41-42; 8:36-39; Mat. 3:5-6; 28:19; Gál. 3:27-28; Rom. 6:4; Col. 2:12; Lucas 22:19-20; Mar. 14:20-26; Mat. 26:27-30; I Cor. 11:27-30; João 6:35).

Art.º OITO (O DIA DO SENHOR) – O Domingo, Dia do Senhor e o primeiro da semana, é o dia em que o crente comemora a ressurreição de Cristo, descansando das suas actividades seculares. Deve ser consagrado ao exercício do culto, do testemunho e de outras formas de serviço espiritual, tanto público como privado.

(Mat. 28:1; Mar. 16:2; Luc. 24:1; Jo. 20:1; 19; Act. 20:7; I Cor. 16:2; Apoc. 1:10).

Art.º NOVE (O REINO DE DEUS) – O reino de Deus inclui a sua soberania geral sobre o universo e sobre todos os homens que espontânea e voluntariamente O reconhecem como Rei e Senhor. Todos os crentes devem orar e esforçar-se para que o reino de Deus venha em plenitude e a sua vontade seja feita sobre a Terra. A consumação plena do seu reino aguarda a segunda vinda de Jesus Cristo e o fim da era presente.

(Mat. 3:2; 5:3-6; 6:9-10; 6:33; 18:1-3; 28:19; Mar. 1:14-15; 4:27; Apoc. 5:1; Rom. 14:17).

Art.º DEZ (OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS) – Deus, no devido tempo e a seu modo, conduzirá todas as coisas neste mundo ao seu adequado termo. Jesus Cristo voltará pessoal e visivelmente em glória, de acordo com a sua promessa. Os mortos ressuscitarão e Cristo julgará todos os homens com rectidão. Aqueles que persistirem na incredulidade e na impenitência receberão no inferno a sua eterna punição. Os salvos fruirão a bem aventurança eterna em seu corpo ressuscitado e glorificado, e habitarão eternamente no Céu com o Senhor.

(Mat. 25:31-46; Lucas 18:8; 23:42-43; Actos 1:7-11; João 3:36; 12:25-26; Salmo 10:4; I Pedro 4:7; I Cor. 6:9-10; 15:50-58; Heb. 1:10-12; Mat. 13:37-43; Luc 14:14; Daniel 12:2; Apoc. 22:11; I Tess. 4:16-17; II Tess. 1:6-12; Rom. 2:2-16; I Jo 4:17; Apoc. 20).

Art.º ONZE (EVANGELIZAÇÃO E MISSÕES) – É dever e privilégio de todas as igrejas e de cada crente em particular, esforçarem-se por fazer discípulos em todas as nações. O novo nascimento do espírito do homem pelo Espírito de Deus, faz nascer nele também o amor pelos outros. O esforço missionário é repetida e expressamente ordenado nos ensinamentos de Jesus, assentando numa necessidade espiritual da vida regenerada. É, pois, dever de todo o filho de Deus procurar ganhar almas para o Salvador, através do testemunho pessoal e do uso de todos os meios consentâneos com o Evangelho de Cristo.

(Mat. 28:19-20; Mar. 16:15; Luc. 9:1-6; 10:1; 24:46-48; João 14; 16; 17:11-20; Actos 1:8; 4:33; 14:21-27; I Tess. 1:6-9; II Tim. 2:1-13).

Art.º DOZE (MORDOMIA) – Deus é a fonte de todas as bênçãos temporais e espirituais. A Ele devemos tudo o que somos e tudo o que possuímos: Temos, por conseguinte, uma dívida espiritual para com o mundo, pois somos feitos depositários do Evangelho e dispenseiros da graça de Deus. É nossa obrigação servi-lo com o nosso tempo. Os nossos talentos, o nosso amor e os nossos bens materiais, devendo reconhecer que todos estes dons nos foram confiados com o fim de os usarmos para a glória de Deus e ao serviço do nosso próximo. Ensinam as Escrituras que o crente deve contribuir para a Igreja, alegremente e com regularidade, tomando como base o dízimo dos seus rendimentos e cultivando a liberalidade na prática de uma mordomia integral, com o alvo de promover o avanço da causa do Redentor sobre a Terra.

(Génesis 14:20; Heb. 7:1; Gén. 28:20-22; Malaq. 3:7-10; I Cor. 16:1-2; II Cor. 8-9).

Art.º TREZE (COOPERAÇÃO) – Reconhecendo que a cooperação é um princípio claramente expresso nas Escrituras, o povo de Cristo deve assegurá-la da melhor maneira possível, tendo em vista a concretização dos grandes objectivos do Reino de Deus. As organizações de cooperação, embora não tenham autoridade sobre as igrejas nelas associadas, são formadas para despertar, unir e coordenar as actividades que em conjunto, voluntariamente, se propões empreender. As igrejas devem cooperar umas com as outras no avanço da obra missionária, educacional e beneficente. Unidade cristã, no sentido do Novo Testamento, é harmonia espiritual e cooperação voluntária para os mesmos fins comuns.

(Fil. 1:5; I Cor. 3:9, 8:23; 11:28; Col. 4:11; I Tess. 3:2; III Jo 8:1; I Tess. 1:7-10; Rom. 1:14-15; 25-27).

Art.º CATORZE (O CRENTE E A ORDEM SOCIAL) – Todo o crente aceita, por imperativo de consciência cristã, a supremacia de Cristo na sua vida e na sociedade humana. Os princípios e métodos usados para a promoção da sociedade e o estabelecimento da justiça entre os homens só podem ser verdadeira e permanentemente proveitosos, quando fundados na regeneração pela graça salvífica de Deus em Jesus Cristo. O crente deve esforçar-se por promover por todos os meios ao seu alcance os princípios da justiça social, a verdade e o amor fraternal. Deve para isso estar pronto a cooperar com todos os homens de boa vontade em todas as causas justas, cuidando sempre de agir no espírito de amor, sem comprometer a ética cristã, procurando ser inteiramente leal a Cristo e à sua Palavra.

(Lev. 19:18; Miq. 6:8; Isa. 1:16-18; Mat. 19:19; 22:39; Marc. 12:31; Rom. 12:13-21; 13:8-12; Gál. 5:14; Tiago 2:8; Sal. 11:7; 33:5; 45:7; Mat5:6, 10; 5:39-48; Jo. 13:25).

Art.º QUINZE (PAZ E GUERRA) – É dever de todo o cristão promover a paz entre todos os homens dentro dos princípios da justiça. Em harmonia com o espírito e os ensinamentos de Cristo, o crente deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance, para evitar ou pôr fim à guerra, ciente de que a verdadeira solução para os conflitos entre os homens se encontra no Evangelho. A necessidade suprema do mundo é a aceitação dos ensinamentos de Cristo em todos os sectores da vida dos homens e das nações e a aplicação prática da sua lei de amor.

(Isa. 2:2-4; 9:6-7; Mat. 5:9; Luc. 1:79; 2:14, 29; 10:5; Act. 10:36; Rom. 5:1; Col. 1:20; Ef. 4:3; Heb. 12:14; Rom. 12:18; 14:19; I Col. 14:33).

Art.º DEZASSEIS (LIBERDADE RELIGIOSA) – Deus é o único Senhor da consciência. Sendo o governo civil uma instituição estabelecida para promover os interesses e o bem-estar da sociedade humana, é nosso dever orar pelas autoridades constituídas e prestar-lhes obediência em todas as coisas que não sejam contrárias à vontade revelada de Deus. Deve haver inteira separação entre a igreja e o estado, devendo este assegurar a cada igreja protecção e inteira liberdade para o exercício da sua missão espiritual. Nenhum grupo eclesial ou denominação deve ser favorecido pelo estado, nem a igreja deve depender do poder civil para realizar a sua obra. Uma igreja livre num estado livre, é o ideal cristão, e isso implica a garantia do livre acesso a Deus por parte de todos os homens e o direito a terem e difundirem as suas crenças religiosas, sem qualquer interferência por parte do poder civil.

(Rom. 13:1-7; 14:9-12; Mat. 10:28; 22:21; 23:10; Tito 3:1; I Pedro 2:13; I Tim. 2:1-8; Actos 4:18-20; 5:29; Apoc. 19:16; Salmo 2; 72